

INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESVIOS NUTRICIONAIS NA INFÂNCIA: DESNUTRIÇÃO, EXCESSO DE PESO E ANEMIA EM REVISÃO DE LITERATURA

**Maria Clara Gadelha Lopes da Silva¹; Iane Paula Rego Cunha Dias²; Alice Marques
Moreira Lima³.**

¹Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz, Maranhão.

²Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Imperatriz, Maranhão.

³Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, Maranhão.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade Social. Criança. Estado Nutricional.

DOI: 10.47094/IVCOLUBRASC.2026/RE/27

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) refere-se à realização do direito de todos os cidadãos ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, sem comprometimento de outras necessidades essenciais, garantindo uma vida digna e plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva. Em contrapartida, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) ocorre quando a SAN não é cumprida integralmente (BRASIL, 2022). Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, cabe ao Estado brasileiro a responsabilidade de assegurar o acesso às ações e aos serviços de saúde. Dessa forma, a vigilância alimentar e nutricional constitui um serviço essencial na rotina da atenção à saúde (BRASIL, 2022).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) institui diretrizes para a gestão do cuidado nutricional (BRASIL, 2022). Todavia, o Brasil ainda enfrenta desafios crônicos: dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que 27,6% dos lares brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, alcançando 8,1% de domicílios em situação de insegurança grave no estado do Maranhão — a maior proporção registrada no Nordeste (IBGE, 2024). Depreende-se que a IAN na infância representa um grave problema de saúde pública, com repercussões sobre o crescimento e desenvolvimento cognitivo das crianças, sobretudo em cenários de alta vulnerabilidade social como em municípios maranhenses, a exemplo de Imperatriz-MA. Questiona-se, portanto: quais são as repercussões da IAN na saúde infantil documentadas na literatura científica?

OBJETIVO

Analisar, por meio de revisão da literatura, as repercussões da insegurança alimentar e nutricional na saúde de crianças, com ênfase em desnutrição, obesidade, anemia e hipovitaminoses.

METODOLOGIA

A busca foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e SciELO, empregando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH) “Insegurança Alimentar” (*Food Insecurity*), “Criança” (*Child*), “Desnutrição Infantil”, “Obesidade Infantil”, “Anemia Ferropriva” e “Avitaminose”, associados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram aplicados filtros para seleção de publicações dos últimos 5 anos e tipos de estudo observacionais, de prevalência, fatores de risco, além de revisões sistemáticas e meta-análises. A estratégia inicial recuperou 17 registros (10 na BVS, 4 no PubMed e 3 na SciELO); após a exclusão de 1 duplicata, restaram 16 artigos totais para a produção da revisão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A mensuração da insegurança alimentar, segundo Pedraza (2024), apoia-se no uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento que dimensiona a experiência e percepção sobre a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) nos domicílios. Contudo, a relação entre a restrição e o estado nutricional infantil é mais complexa e abrangente, pois o aproveitamento biológico dos nutrientes depende de uma cadeia multifatorial que envolve diversidade da dieta, infecções de repetição, distúrbios absorptivos, saneamento básico precário e práticas do cuidado materno-infantil.

À despeito da desnutrição e do déficit pôndero-estatural, pesquisas nacionais e internacionais confirmam a persistência desses agravos em comunidades socialmente vulneráveis. Oliveira et al. (2022), ao avaliarem crianças atendidas pela Estratégia Saúde da Família na Paraíba, identificaram déficit de estatura em 7,9% dos menores de cinco anos, com correlação estatisticamente significativa para idade inferior a dois anos ($p=0,018$) e para a presença de IAN moderada ou grave ($p=0,008$). Sob uma perspectiva de vulnerabilidade étnico-racial, Santos Júnior et al. (2024) verificaram, em inquérito com o povo indígena Baniwa no noroeste amazônico, uma prevalência de desnutrição crônica de 52,5% em crianças menores de 60 meses, intimamente associada a carências de saneamento e renda. Ainda, Dutra et al. (2021) demonstraram que crianças indígenas e residentes no estado do Maranhão apresentam índices de desnutrição sistematicamente superiores à média nacional entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

No cenário internacional, o panorama também permanece desafiador. Segundo Rivera-Dommarco et al. (2024), há evidências da estagnação nas taxas de baixa estatura no México entre 2012 e 2023, mantendo relação estreita com a pobreza estrutural mesmo sob vigência de programas assistenciais. De forma similar, Landaeta-Jiménez et al. (2022) observaram que o atraso de crescimento superou a desnutrição aguda em pré-escolares venezuelanos em 2019, influência direta de uma alimentação deficitária em quantidade, além de macro e micronutrientes insatisfatórios para as necessidades nutricionais da faixa etária.

Além disso, emerge o fenômeno da dupla carga de má nutrição — a coexistência

do déficit estatural e do excesso de peso em uma mesma comunidade. Pedraza (2024) constatou a presença concomitante de baixa estatura (7,0%) e excesso ponderal (14,4%) em crianças sob IAN, decorrente de estratégias familiares que optam por alimentos de baixo custo, alta densidade calórica e ultraprocessados. Em contrapartida, Oliveira et al. (2022) encontraram maior prevalência de excesso de peso (12,8%; $p=0,049$) entre crianças não beneficiárias do Programa Bolsa Família na Paraíba, contrapondo-se a pesquisas que vinculam maior renda a maiores índices de sobrepeso em crianças brancas. Tal contraste reforça que o impacto das políticas públicas e da renda familiar sobre o peso varia conforme determinantes regionais quanto à qualidade da alimentação disponível e o estágio de transição nutricional de cada população.

No que tange às carências de micronutrientes, a infância constitui um período crítico em virtude da suscetibilidade a déficits no desenvolvimento neuropsicomotor e cognitivo. A expressiva prevalência de 68,3% de anemia ferropriva encontrada na etnia Baniwa exemplifica a gravidade desse cenário (SANTOS JÚNIOR et al., 2024). Segundo Barros et al. (2022), uma pequena rede social de apoio e os anos de escolaridade das mães são fatores diretamente relacionados à maior probabilidade dos menores viverem em condições de insegurança alimentar. Ademais, consoante Pedraza et al. (2021), o tempo de aleitamento materno também foi outro fator importante, tendo em vista a sua relação direta com o trabalho materno fora do lar, o qual pode influenciar o pleno desenvolvimento nutricional. Além disso, a falta de oportunidade de trabalho materno, a influência das relações intrafamiliares e do ambiente doméstico impactam diretamente as preferências e padrões de alimentação. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias multissetoriais voltadas ao cuidado materno-infantil, especialmente em regiões como Imperatriz-MA, cuja realidade permanece pouco documentada na literatura consultada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção científica evidencia que a relação entre a insegurança alimentar e nutricional e os agravos à saúde infantil reflete uma dinâmica multifatorial mediada pela carência alimentar, pela qualidade da água, pelas infecções e pelas redes de proteção social. Os achados sublinham tanto a persistência do déficit crônico de crescimento e de carências nutricionais graves — especialmente entre povos indígenas e no estado do Maranhão —, quanto o avanço da dupla carga de má nutrição por dietas ultraprocessadas e hipercalóricas de baixo valor biológico. Conclui-se que o enfrentamento efetivo da IAN exige articulação intersetorial permanente entre saúde, saneamento básico, educação e assistência social, sendo premente o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem as realidades específicas de municípios regionais como Imperatriz-MA.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

DUTRA, M. K. M.; SILVEIRA, V. N. da C.; VIOLA, P. C. de A. F.; ZAIDAN, F. S.; CARVALHO, C.

A. de. Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, e60362, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/60362>. Acesso em: 17 set. 2026.

OLIVEIRA, M. M. de *et al.* Fatores associados ao estado nutricional de crianças menores de cinco anos da Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 711-724, fev. 2022.

PEDRAZA, D. F. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de 5 anos: da dimensão alimentar à nutricional. **Revista Ciencias de la Salud**, Bogotá, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/revsalud/a.11161>.

RIVERA-DOMMARCO, J. A. *et al.* Mala nutrición en menores de cinco años. **Salud Pública de México**, v. 66, n. 4, p. 395-403, jul./ago. 2024.

SANTOS JÚNIOR, H. G. dos *et al.* Condições de vida, nutrição e saúde materno infantil no povo indígena Baniwa, noroeste amazônico, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 12, p. e07152024, 2024.